

JUCESP

15 03 15

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ROMPRO PARTICIPAÇÕES S.A.



JUCESP PROTOCOLO
0.215.259/15-4



Entre

ROMPRO PARTICIPAÇÕES S.A.
(como Emissora),

E

GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
(como Agente Fiduciário)

26 de fevereiro de 2015.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

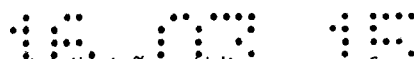
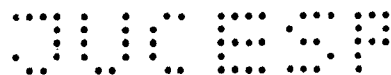
2

ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral de Debenturistas	significa a reunião dos Debenturistas
CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Companhia	Rompro Participações S.A.
Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada	significa o contrato firmado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, descrito na cláusula 12.3
Contrato de Distribuição	significa o contrato firmado entre o Coordenador Líder e a Emissora.
Coordenador Líder	significa Planner Trustee DTVM Ltda.
Data de Emissão	possui o significado constante na cláusula 4.1
Data de Pagamento	possui o significado constante na cláusula 4.8.2
Data de Vencimento Final	significa o dia 15 de agosto de 2026, conforme cronograma de pagamentos previsto no Anexo I
Debêntures	possui o significado constante na cláusula 3.3.1
Dia Útil	significa qualquer dia em que bancos estejam autorizados a abrir ou não estejam obrigados a
Documentos da Operação	significam os seguintes documentos, quando referidos em conjunto: (i) a presente Escritura de Emissão; (ii) Promessa de Alienação Fiduciária de Quotas do FIP Saúde - ROMPRO; (iii) Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada; (iv) Promessa de Cessão Fiduciária de Aplicação Financeira; (v) Alienação Fiduciária de Quotas do FIP Saúde – 6M e (vi) todos os instrumentos decorrentes ou que venham a ser assinados, no futuro, relacionados à presente Emissão, incluindo contrato de compra e venda de cotas do FIP Saúde e eventuais outras garantias adicionadas a essa Emissão.
Emissora	significa a Companhia
Emissão	possui o significado constante no preâmbulo
Escritura de Emissão	possui o significado constante no preâmbulo
Escriturador Mandatário	Banco Itaú Unibanco S.A.
Evento de Vencimento Antecipado	possui o significado constante na cláusula 7.1
Fiador	Francisco Emerson Maximiano, qualificado no preâmbulo da presente Escritura de Emissão, na qualidade de fiador das Obrigações Garantidas.
Fiança	A fiança prestada pelo Fiador, nos termos desta Escritura de Emissão, em garantia das Obrigações Garantidas.
FIP Saúde	Fundo de Investimento em Participações Saúde - CNPJ nº 11.145.189/0001-27.
Fundo de Liquidez	possui o significado constante na cláusula 12.7
Garantias	Promessa de Alienação Fiduciária de Quotas do FIP Saúde; Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada e Promessa de Cessão Fiduciária de Aplicação Financeira; e Fiança
Instrução CVM 28	Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.
Instrução CVM 409	Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de

The figure shows three 5x7 dot patterns. The first pattern represents the digit '1', the second represents '0', and the third represents '8'. Each pattern is formed by a subset of dots in a 5x7 grid.

11

2.1 A celebração desta Escritura de Emissão, a realização da Oferta Restrita, a concessão das seguintes garantias: (i) Promessa de Alienação Fiduciária de Quotas do FIP Saúde - ROMPRO, (ii) Cessão Fiduciária de Conta Vinculada; e (iii) Promessa de Cessão Fiduciária de Aplicação Financeira; foram autorizadas nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de janeiro de 2015 ("AGE"), em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.



2.2 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com a intermediação da Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 10º Andar, São Paulo, SP, inscrito no CNPJ sob o nº CNPJ nº 67.030.395/0001-46 ("Coordenador Líder"), nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta Restrita").

2.3 A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição na CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.4 Apesar do quanto disposto no parágrafo primeiro, Inciso (i) e parágrafo segundo do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em razão da inexistência de diretrizes específicas para tanto pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 9º do referido código, a Oferta Restrita é dispensada de registro na ANBIMA.

2.5 Arquivamento na JUCESP e Publicação dos Atos Societários

2.5.1 A ata da AGE foi arquivada na JUCESP em 22 de janeiro de 2015, sob nº 34.068/15-6 e foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário Comercial, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.6 Arquivamento da Escritura de Emissão na JUCESP

2.6.1 Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.7 Registro para Distribuição e Negociação

2.7.1 As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos e para negociação no mercado secundário no CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. Em até 05 (cinco) Dias Úteis após a Data de Integralização, as Debêntures serão registradas pela Emissora para custódia eletrônica e liquidação financeira dos eventos na CETIP, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a custódia eletrônica e a liquidação financeira dos eventos realizados na CETIP.

2.7.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.7.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.8 Formalização da Garantia Real

2.8.1 Todos os procedimentos necessários à existência, validade e eficácia das garantias objeto da (i) Promessa de Alienação Fiduciária de Quotas do FIP Saúde - ROMPRO, (ii) Cessão Fiduciária de Conta Vinculada; (iii) Alienação Fiduciária de Quotas do FIP Saúde – 6M; e (iv) Promessa de Cessão Fiduciária de Aplicação Financeira, inclusive em face de terceiros, deverão ter sido plenamente realizados e

011 857

15 03 15

concluídos até a data de subscrição e integralização das Debêntures, inclusive o registro dos referidos contratos perante os cartórios de registro de títulos e documentos competentes.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Série e Número da Emissão

3.1.1 A Emissão será realizada em série única e constitui a 1ª (primeira) Emissão de Debêntures da Emissora.

3.2 Valor Total da Emissão

3.2.1 O valor total da Emissão é de R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões reais), na Data de Emissão.

3.3 Quantidade de Debêntures

3.3.1 Serão emitidas 80.000 (oitenta mil) debêntures (em conjunto denominadas "Debêntures" e, isoladamente, "Debênture").

3.4 Objeto Social da Emissora

3.4.1 A Companhia tem como objeto social a participação, direta ou indireta por meio de fundos de investimento, em outras sociedades cujo objetivo social da sociedade alvo e/ou de suas controladas, em conjunto ou isoladamente, abranja as seguintes atividades: (i) prestação de serviços de consultoria e gestão em saúde; (ii) comercialização de medicamentos em geral, perfumarias e correlatos, envolvendo pessoas físicas, e/ou jurídicas da indústria, do comércio e de serviços envolvidos direta ou indiretamente, com atividades relacionadas à prevenção e manutenção do estado de saúde; (iii) desenvolvimento e manutenção de rede informatizada de autorização de benefícios ligados à área da saúde; e (iv) negociação da compra e venda de procedimentos médicos de altos custos junto a operadores de saúde ou outras empresas do mercado de saúde a implantação, operação, manutenção e exploração de um centro de distribuição de medicamentos.

3.5 Destinação dos Recursos

3.5.1 Os recursos captados por meio da Oferta Restrita serão empregados da seguinte forma: R\$ 80.000.000,00 (Oitenta Milhões de Reais), quando da subscrição e integralização das Debêntures, na aquisição de ações, de forma direta ou indireta (através do FIP Saúde), da Global Gestão em Saúde S.A. (CNPJ nº 10.375.666/0001-88) para o desenvolvimento dos Novos Projetos.

3.6 Escriturador Mandatário e Instituição Liquidante

3.6.1 A instituição escrituradora das Debêntures será o Banco Itau Unibanco S.A. com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setúbal, São Paulo, SP, inscrito no CNPJ sob o nº CNPJ nº 60.701.190/0001-04, será o escriturador mandatário das Debêntures responsável por efetuar a escrituração e o registro das Debêntures para custódia eletrônica e liquidação financeira dos eventos na CETIP, conforme disposto na Cláusula 2.5 acima ("Escriturador Mandatário").

3.6.2 A Instituição Liquidante das Debêntures será Banco Itau Unibanco S.A., com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setúbal, São

CETIP

15 03 15

Paulo, SP, inscrito no CNPJ sob o nº CNPJ nº 60.701.190/0001-04, será o banco mandatário da Emissão, sendo responsável pelo serviço de liquidação das operações e de confirmação de depósito e retirada da CETIP ("Instituição Liquidante").

3.7 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.7.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de melhores esforços de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Coordenador Líder, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição.

3.7.2 Em observância ao disposto na Instrução CVM 476, a Oferta Restrita será exclusivamente destinada a Investidores Qualificados, observado que: (i) somente será permitida ao Coordenador Líder a procura de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas e integralizadas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.

3.7.3 As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos Instrução CVM nº 476/09.

3.7.4 A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.7.5 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM nº 476/09, tendo como público alvo apenas Investidores Qualificados.

3.7.6 Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.7.7 A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

3.7.8 No ata de subscrição das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando, entre outros aspectos, estar cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada na CVM e na AMBIMA; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão; e (iii) concorda com todos os termos e condições dessa Emissão.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1 **Data de Emissão:** Para todos os fins de direito e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 26 de fevereiro de 2015 ("Data de Emissão").

DUCEAP

16.03.15

4.2 **Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.3 **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária com garantia real adicional.

4.4 **Tipo e Forma:** As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.5 **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 120 (cento e vinte) meses a contar da Data de Emissão, com carência conforme previsto na cláusula 4.8.1 abaixo. A forma de pagamento foi detalhada na cláusula 4.8 desta Escritura.

4.5.1 Por ocasião do pagamento da última parcela na Data de Vencimento Final, a Emissora se obriga a proceder ao resgate das Debêntures que ainda estiverem em circulação com o seu consequente cancelamento.

4.6 **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário de cada Debênture será de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.7 Remuneração

4.7.1. **Atualização Monetária:** O valor nominal das debêntures será atualizado pela variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado e divulgado pela Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir de emissão, calculada de forma pro rata temporis por dias úteis.

4.7.1.2 O valor nominal das debêntures será atualizado pela seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa = valor nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = valor nominal da emissão ou saldo do valor nominal (valor nominal remanescente após amortização de principal, incorporação, atualização monetária a cada período, ou pagamento da atualização monetária, se houver) da debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

n = número total de índices considerados na atualização do ativo, sendo n um número inteiro;

NIK = Valor do número-índice do IPCA (a) do 2º



DUPLICATA

15 03 15

(seguido) mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em dia anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures do referido mês; (b) do mês anterior ao mês de atualização, caso a data de atualização seja após a data de aniversário;

NIK-₁ = valor do número-índice do mês anterior ao mês "k";

dup = número de dias úteis entre a última data de aniversário e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do índice de preço, sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data de aniversário, sendo "dut" um número inteiro.

4.7.1.3 A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

4.7.1.4 Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão $\left(\frac{NI_{k-1}}{NI_{k-2}} \right)$.

4.7.1.5 No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, o último número-índice divulgado, calculado pro rata temporis por dias úteis, porém, não cabendo, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos debenturistas.

4.7.1.6 Na ausência de apuração e/ou divulgação do número-índice por prazo superior a 30 dias após a data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal do IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada no prazo máximo de 15 dias, contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no item anterior, para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizado, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, o último número-índice divulgado.

4.7.1.7 Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e debenturistas representando, no mínimo, 60% das debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 dias contados a partir da data da referida Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente, e consequentemente cancelará a totalidade das debêntures em circulação, no prazo de 40 dias contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu valor nominal unitário nos termos da Escritura de Emissão, acrescido da remuneração devida até a data de seu efetivo resgate, calculada pro rata temporis a partir da data de emissão ou da última data de pagamento de remuneração, conforme

000 000 000

15 03 15

o caso. Nessa alternativa, para o cálculo da remuneração aplicável às debêntures a serem resgatadas, será utilizado o último número-índice divulgado publicamente.

- (ii) Hipótese 1: a Emissora resgatará antecipadamente, e consequentemente cancelará a totalidade das debêntures em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a data de vencimento. Nessa alternativa, caso a Emissora pretenda realizar o resgate das debêntures em mais de uma data, o resgate deverá ser realizado mediante sorteio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para resgate das debêntures e até o resgate integral das debêntures, será utilizada outra remuneração, a ser definida na referida Assembleia Geral de Debenturistas, por debenturistas representando, no mínimo, 60% das debêntures em circulação, apresentada à Emissora a que se refere este item.

Ou

- (iii) Hipótese 2: a Emissora resgatará antecipadamente, e consequentemente cancelará a totalidade das debêntures em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a data de vencimento, e as amortizações originalmente programadas das debêntures, se houver. Durante o prazo de amortização das debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da remuneração continuará sendo aquela estabelecida originalmente, observado que, até a amortização integral das debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta definida pelos debenturistas e apresentada à Emissora na referida Assembleia Geral de Debenturistas.

4.7.2. Juros Remuneratórios: Sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures atualizado pela Atualização Monetária incidirão juros remuneratórios correspondentes a 9,0% (nove por cento) ao ano ("Sobretaxa", e, em conjunto com a Atualização Monetária, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures atualizado pela Atualização Monetária, desde a data da Data de Remuneração até a data de vencimento das Debêntures. A Sobretaxa será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa * [Fator Juros - 1]$$

onde

J = Valor dos juros relativos a cada uma das Debêntures devida na data de vencimento, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal de cada uma das Debêntures atualizado pela Atualização Monetária, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$Fator Juros = \{[(taxa/100 + 1)^{(n/252)}]^{(DP/DT)}\}$$

onde:

Taxa ou Sobretaxa correspondente a 9,0 (nove décimos) ao ano;

n = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo " n " um número inteiro;

DP = número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

DT = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro.

4.8 Pagamento das Debêntures

4.8.1 O pagamento das Debêntures contará com uma carência de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão.

4.8.2 Ultrapassado o prazo de carência, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, incluindo sua Remuneração, será pago, mensalmente, em parcelas consecutivas, vencendo-se a primeira em 15 de fevereiro de 2016 e as demais em igual dia dos meses subsequentes, conforme cronograma de pagamentos constante do Anexo I desta Escritura de Emissão (cada uma das datas de pagamento, uma “Data de Pagamento”).

4.8.3 Após o período de carência, o valor dos Juros Remuneratórios calculados até a data de carência será incorporado ao Valor Nominal Unitário atualizado na data 01/02/2016.

4.9 Local de Pagamento

4.9.1 Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, conforme os procedimentos do Escriturador Mandatário ("Local de Pagamento").

4.9.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora e ao Escriturador Mandatário, no prazo de, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de responsabilidade do Escriturador Mandatário a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária.

4.10 Prorrogação dos Prazos

4.10.1 Caso uma determinada data de vencimento coincida com dia em que não exista expediente comercial ou bancário no Local de Pagamento, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes (inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures), até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado nacional, sábado ou domingo.

DUCESP
16 03 15

4.11 Encargos Moratórios

4.11.1 Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios e do disposto na Cláusula VII a seguir, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso ficará sujeito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago; além das despesas incorridas para cobrança.

4.12 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.12.1 O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Juros Remuneratórios e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.13 Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.13.1 As Debêntures serão subscritas por seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios e correção monetária, calculados *pro rata temporis* desde a Data da Emissão até a data de sua efetiva integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e observados os termos e condições desta Escritura de Emissão ("Preço de Subscrição").

4.13.2 A integralização das Debêntures será realizada à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição das Debêntures, conforme o caso, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP, observados os prazos de distribuição estabelecidos no Contrato de Colocação e na Instrução CVM 476 ("Data de Subscrição").

4.14 Publicidade

4.14.1 Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no Diário Comercial ("Avisos aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

4.15 Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.15.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome de cada Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente no SND.

DUCESP

15 03 15

CLÁUSULA V

ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

5.1 Celebração de Aditamentos à Escritura

5.1.1 Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser celebrados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados, em até 30 (trinta) dias, na JUCESP.

CLÁUSULA VI

**RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO,
AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA**

6.1 A qualquer momento a Emissora poderá proceder ao resgate antecipado da totalidade ou parte das Debêntures em circulação, nos termos deliberados pela assembleia geral de acionistas da Emissora e mediante publicação de Aviso aos Debenturistas nos jornais utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de pagamento do resgate antecipado, a qual deverá obrigatoriamente constar do Aviso aos Debenturistas ("Data do Resgate Antecipado"), devendo a Emissora enviar uma cópia do Aviso aos Debenturistas ao Agente Fiduciário, aos Debenturistas e a Cetip.


6.2 O resgate antecipado deverá ocorrer mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures objeto do resgate antecipado na Data do Resgate Antecipado, acrescido do valor dos Juros e correção monetária, relativos às Debêntures objeto de resgate antecipado devidos até a Data do Resgate Antecipado.

6.3 Na hipótese de resgate antecipado de parte das Debêntures em circulação, o resgate deverá ser feito (a) mediante sorteio, ou (b) se as Debêntures estiverem cotadas, por preço inferior ao seu Valor Nominal Unitário ou ao seu Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, por compra no mercado organizado de valores mobiliários, observadas as regras expedidas pela CVM.

6.4 A Emissora poderá realizar, em qualquer Data de Pagamento de Juros, a amortização antecipada parcial do Valor Nominal Unitário ou do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, das Debêntures, desde que mediante rateio proporcional a todas as debêntures em circulação limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou ao seu Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado.

CLÁUSULA VII

VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1 Observado o disposto nesta Cláusula VII, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente do recebimento de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora, observado o disposto nesta Escritura de Emissão, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um "Evento de Vencimento Antecipado"): 

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária em favor dos Debenturistas relacionada às Debêntures não sanada no prazo de 2 (dois) Dias Úteis;

DUCE SP

15 03 15

- (b) vencimento antecipado de qualquer obrigação da Emissora durante a vigência desta Escritura, cujo valor remanescente da obrigação, à época da declaração do vencimento antecipado, seja igual ou superior a R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) ou o equivalente em outras moedas, reajustados, anualmente, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”), desde a Data de Emissão;
- (c) inadimplemento de qualquer obrigação financeira da Emissora, cujo valor principal unitário seja igual ou superior a R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) ou o equivalente em outras moedas, reajustados, anualmente, pela variação do IGP-M, desde a Data de Emissão, salvo se o inadimplemento de obrigações for sanado pela Emissora, conforme o caso, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do respectivo inadimplemento;
- (d) a ocorrência de: (i) pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora ou por qualquer de suas controladas; (ii) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora ou de qualquer de suas controladas; ou, ainda (iii) qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora ou qualquer de suas controladas;
- (e) pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou outros pagamentos de qualquer outra forma a seus acionistas, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ou qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas em razão das Debêntures, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- (f) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias do referido descumprimento, exceto nos casos em que haja previsão de prazo de cura específico, nos termos desta Escritura;
- (g) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, na data em que foram dadas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura;
- (h) cisão, fusão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária que envolva a Emissora, exceto se obtida anuência prévia da maioria dos Debenturistas;
- (i) alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora, exceto caso o controle direto ou indireto da Emissora seja mantido pelo atual bloco controlador da mesma ou por, pelo menos, um de seus atuais integrantes; ou ainda, na hipótese de venda, arrendamento, transferência ou outra alienação substancial dos ativos e negócios da Emissora e/ou dos Acionistas;
- (j) transformação do tipo societário da Emissora;
- (k) decisão judicial determinando a execução judicial de títulos contra a Emissora ou qualquer uma de suas controladas, diretas ou indiretas, cujo valor agregado seja superior a R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) reajustados anualmente, pela variação do IGP-M, desde a Data de Emissão,

DUCESP

15.03.15

salvo na hipótese de: (i) garantia do juízo, por qualquer meio (inclusive carta de fiança), sem a necessidade do efetivo desembolso do valor respectivo pela Emissora; e/ou (ii) suspensão ou cancelamento da exigibilidade imediata do pagamento do referido valor por qualquer motivo, inclusive, mas não se limitando a, obtenção de decisão com efeito suspensivo perante o tribunal que determinou a execução do título ou tribunal superior a este;

- (l) realização de redução de capital social da Emissora com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, sem que haja anuência prévia da maioria dos Debenturistas;
- (m) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, em valor superior a R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias corridos do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora ou sua controlada que: (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto foi cancelado ou, ainda, (iii) foram prestadas pela Emissora e aceitas pelo Poder Judiciário garantias em juízo;
- (n) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa daquela prevista nesta Escritura;
- (o) se a garantia prevista na Escritura: (a) for objeto de questionamento legítimo pela Emissora e/ou por qualquer terceiro; (b) não for devidamente constituída; (c) for anulada, nula, ou invalidada sob qualquer forma; ou (d) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindida e tal evento não for sanado ou a Emissora não substituir ou reforçar tal Garantia, nos prazos previstos no respectivo contrato de garantia e/ou na Escritura; e
- (p) na hipótese de quaisquer dos documentos referentes à Emissão, quais sejam, esta Escritura, o Contrato de Colocação, e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, se tornarem comprovadamente inexecutáveis ou inválidos nos termos da legislação aplicável, e tal evento não for sanado no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data em que a Emissora tomar conhecimento do referido evento.

7.1.1 A ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado descritos nas alíneas "a", "b" e "d" da Cláusula 7.1 acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.1.3 abaixo.

7.1.2 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, exceção feita aos indicados nas alíneas "a", "b" e "d" da Cláusula 7.1 acima, o Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X e o *quorum* específico estabelecido na Cláusula 7.1.2.1 abaixo.

7.1.2.1 A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere à Cláusula 7.1.2 acima somente poderá determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures por deliberação de Debenturistas que representem 80% (oitenta por cento) das Debêntures em circulação.

7.1.2.2 Não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas, conforme disposto na Cláusula 7.1.2 supra, ou não havendo: (a) sua convocação; (b)

DUCE SP

15.03.15

deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização, ou (c) *quorum*, em qualquer caso decorrente de ato ou fato não imputável ao Agente Fiduciário, este deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.1.3 abaixo.

7.1.3 Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures com o seu consequente cancelamento, mediante o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável) até a data do efetivo pagamento, e dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura.

7.1.4 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à CETIP informando sobre o vencimento antecipado das Debêntures.

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1 Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

(a.1) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro; (i) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício social então encerrado, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e regulamentação aplicável da CVM e (ii) declaração assinada pelo(s) representante(s) legais da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão; e (c) o organograma do grupo societário da Emissora, contendo inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas;

(a.2) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas do relatório de revisão especial dos auditores independentes cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou aos membros de sua administração, e respectivas respostas, relativas a essas demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade, à gestão ou às contas da Emissora;

(a.3) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, nos prazos ali previstos;

(a.4) cópia de todos os Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias gerais de acionistas que de alguma forma envolvam interesses dos Debenturistas em até 5 (cinco) dias da data em que forem divulgados ao mercado;

(a.5) em até 10 (dez) dias contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante com relação às Debêntures que lhe venha a ser solicitada, de

DUCE SP

16.03.16

maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");

(a.6) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa a um Evento de Vencimento Antecipado, imediatamente após o seu recebimento;

(a.7) informações sobre o descumprimento de qualquer cláusula, termos ou condições desta Escritura, sem prejuízo do disposto na alínea "j" abaixo;

(a.8) todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório mencionado na alínea "l" da Cláusula 9.5.1 abaixo que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, nos prazos em que esses dados financeiros e atos societários tenham sido divulgados publicamente; e

(a.9) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento;

(b) preparar e proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;

(c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito, desde que a respectiva solicitação seja acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria: (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela Assembleia Geral de Debenturistas;

(d) convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;

(e) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas pela CVM;

(f) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;

(g) manter sempre atualizado o seu registro perante a CVM, nos termos da regulamentação aplicável;

(h) estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender de forma eficiente aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar, às expensas da Emissora, instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

(i) não alterar seus principais ramos de negócio conforme previsto em seu Estatuto Social, não realizar operações fora de seu objeto social e não praticar qualquer ato

DUCE SP

15.03.15

em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;

(j) obter, observar os termos de, e praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e necessárias para permitir o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas nesta Escritura, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações;

(k) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 3.5 acima;

(l) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;

(m) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;

(n) tomar todas as medidas necessárias para:

(n.1) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, licenças (inclusive licenças ambientais), alvarás e ativos necessários para a condução dos seus negócios e os negócios de suas controladas, diretas ou indiretas, dentro do respectivo objeto social e das práticas comerciais usuais;

(n.2) manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas controladas, diretas ou indiretas, excetuando-se pelo desgaste normal;

(n.3) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações inclusive, mas sem limitação, as de natureza fiscal, trabalhista e comercial;

(n.4) manter os bens necessários para condução de suas atividades principais adequadamente segurados por seguradoras de primeira linha, conforme práticas correntes em seu setor de atuação; e

(o) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo: (i) o Agente Fiduciário; (ii) o Escriturador Mandatário; (iii) a Instituição Liquidante; e (iv) sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário;

(p) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures no SND, conforme o disposto no Termo de Compromisso e Regulamento do SND, por meio da CETIP;

(q) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;

DUCE SP

16 03 15

(r) informar à CETIP o valor e a data de pagamento de toda e qualquer remuneração referente às Debêntures;

(s) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;

(t) comunicar imediatamente à CVM e ao Agente Fiduciário qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas;

(u) cumprir com todas as obrigações previstas na Instrução CVM 476, em especial as estabelecidas em seu artigo 17, e demais normativos aplicáveis à Emissão, ou seja:

(u.1) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;

(u.2) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;

(u.3) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, dentro de três meses contados do encerramento do exercício social;

(u.4) manter os documentos mencionados no item "u.3" acima na sua página ou de suas controladas na rede mundial de computadores, por um prazo de três anos;

(u.5) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;

(u.6) divulgar em sua página ou de sua controlada na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder;

(u.7) fornecer as informações solicitadas pela CVM; e

(v) manter atualizado e encaminhar anualmente o relatório de Rating da emissão.

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 Nomeação

9.1.1 A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão a GDC Partners Serviços Fiduciários DTVM Ltda., acima qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

9.1.2 A Emissora declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

9.2 Declaração

9.2.1 O Agente Fiduciário declara, neste ato, sob as penas da lei:

DUCESP

18.03.18

- (a) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento;
- (b) não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (e) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (f) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (g) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (h) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (i) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (j) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- (l) que verificou a regularidade da constituição da garantia flutuante outorgada no âmbito da Oferta Restrita, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos da alínea "j", do inciso XVII, do artigo 12, da Instrução CVM 28.

9.3 Remuneração do Agente Fiduciário

9.3.1 Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável em vigor e desta Escritura, uma remuneração equivalente a parcelas trimestrais de R\$ 5.870,00 (cinco mil oitocentos e setenta reais) cada uma, sendo a primeira devida na data da assinatura desta Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos trimestres subsequentes, até o vencimento das Debêntures ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas.

9.3.1.1 O Agente Fiduciário deverá, com exceção ao primeiro pagamento, enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente

DUCESP

15.03.15

efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades.

9.3.1.2 Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nos termos desta Escritura ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após a sua subscrição, será devido ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional correspondente a R\$425,00 (quatrocentos e vinte e cinco reais) por hora-homem de trabalho dedicado a: (a) assessoria aos titulares das Debêntures; (b) comparecimento em reuniões com a Emissora ou com os titulares das Debêntures; (c) implementação das consequentes decisões da Emissora e dos titulares das Debêntures; e (d) execução das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado, o qual ficará limitado ao valor de R\$5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) por mês em que a Emissora permanecer nessa situação.

9.3.2 A remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, e não inclui o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

9.3.3 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus, na data do resgate integral ou do término do contrato, o valor correspondente a 3 (três) meses de remuneração.

9.3.4 As parcelas referentes à remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima serão atualizadas, na menor periodicidade admitida em lei, pelo IGP-M/FGV a partir de 1º de agosto de 2014.

9.3.5 A remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima não inclui as despesas razoáveis com publicações, transporte, alimentação, extração de certidões, viagens e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após prévia aprovação.

9.3.6 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão, sem prejuízo da atualização monetária, sujeitos a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, incidentes sobre o montante devido e não pago.

9.3.7 Os valores descritos acima serão acrescidos dos tributos incidentes sobre a remuneração (ISS, PIS, COFINS, IR, CSLL e outros que porventura venham a incidir), nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que estes valores correspondem a valores líquidos de todos os tributos incidentes sobre a prestação de serviços fiduciários pelas instituições financeiras. As alíquotas totais são 39,65%.

9.3.8. A remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do

JUCESP

15 03 15

Agente Fiduciário em assembleias e/ou reuniões de Debenturistas, ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do Agente Fiduciário.

9.4 Substituição

9.4.1 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.4.2 A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

9.4.2.1 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário.

9.4.3 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

9.4.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

9.4.5 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

9.4.6 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a presente Escritura, que deverá ser arquivada na JUCESP.

9.4.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a Data de Vencimento Final das Debêntures, conforme aplicável.

9.4.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

9.5 Deveres

DUCE SP

15 03 15

9.5.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no Jornal Brasil Econômico, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (l.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

OUTRUB

16 03 15

- (l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (l.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
- (l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (l.5) amortização, aquisição facultativa e pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (l.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
- (l.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura e demais documentos da Emissão;
- (l.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (l.9) relação dos bens e valores entregues à sua administração; e
- (l.10) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da garantia outorgada no âmbito da Oferta Restrita, bem como do valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade.
- (m) colocar à disposição o relatório de que trata a alínea "l" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (m.1) na sede da Emissora;
- (m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- (m.3) na CVM;
- (m.4) na CETIP; e
- (m.5) na sede do Coordenador;
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "m" acima;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Escriturador Mandatário e a CETIP;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura e nos contratos de Garantia, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (q) sem prejuízo do disposto na Cláusula VII acima, notificar os Debenturistas, por edital e, se possível, individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;
- (r) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

0110 0000 0000 0000

10 00 10

(s) examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora, cumprindo-lhe ou convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca de matéria, ou aprovar, nos termos do parágrafo 2º do artigo 57 da Lei das Sociedades por Ações a alteração proposta; e

(t) acompanhar, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura.

9.5.2 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações com eles somente serão válidos quando assim previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

9.5.3 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre qualquer fato da emissão cuja definição seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir nos termos desta Escritura ou conforme instruções que venham a ser transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, ficando o Agente Fiduciário, portanto, isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação e regulamentação aplicáveis.

9.6 Atribuições Específicas

9.6.1 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

(a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura, nos termos da Cláusula 7.1 desta Escritura;

(b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;

(c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e

(d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial da Emissora.

9.6.2 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "d" da Cláusula 9.6.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da totalidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" da Cláusula 9.6.1 acima.

00000000

15 03 15

CLÁUSULA X

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1 Convocação

10.1.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral ("Assembleia Geral de Debenturistas"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

10.1.2 A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3 As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, em primeira convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

10.1.4 Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

10.1.5 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

10.2 Quórum de Instalação

10.2.1 A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

10.2.2 Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) da Emissora, sociedades sob controle comum, administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

10.3 Quórum de Deliberação

10.3.1 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Sem prejuízo de outros quóruns expressamente previstos nas demais cláusulas desta Escritura e observado o disposto nesta Cláusula 10.3.1, as



01000000

15 03 15

alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 70% (setenta por cento) das Debêntures em circulação, observado que alterações dos Juros Remuneratórios, resgate antecipado, repactuação, e/ou nos itens que dispõem sobre hipóteses de vencimento antecipado (exceto aqueles descritos nas alíneas "a", "b" e "d" da Cláusula 7.1 cujas hipóteses acarretam vencimento antecipado automático), prazo das Debêntures e/ou dispositivos sobre quórum previstos nesta Escritura deverão contar com aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em circulação.

10.3.2 Ressalvados os casos aqui previstos, as matérias sujeitas à Assembleia de Debenturistas serão aprovadas pelos titulares da maioria simples das Debêntures em Circulação que estiverem presentes na Assembleia Geral.

10.4 Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas

10.4.1 Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

10.4.2 O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.4.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES DA EMISSORA

11.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

(a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente segundo as leis da República Federativa do Brasil;

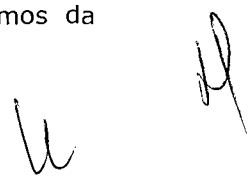
(b) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura de Emissão, a emitir as Debêntures e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(c) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;

(d) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;

(e) a celebração da presente Escritura e a emissão das Debêntures foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem: seu Estatuto Social; ou qualquer lei ou restrição contratual que a vincule ou afete;

(f) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da



DUCESP

15 03 15

presente Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro da Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, bem como pelo arquivamento da Escritura de Emissão e da ata da AGE de 12 de janeiro de 2015 na Junta Comercial e pela outorga uxória ora concedida pela Sra. Andrea Cecília Furtado Maximiano;

(g) a celebração da presente Escritura de Emissão e a emissão das Debêntures não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data e pela garantia flutuante aqui estabelecida; ou (iii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;

(h) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo a Emissora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa causar um impacto adverso relevante na sua situação financeira ou nas suas operações, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras disponibilizadas pela Emissora ao mercado;

(i) tem todas as autorizações e licenças relevantes (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a data da presente declaração a Emissora não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;

(j) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;

(k) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;

(l) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são substancialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;

(m) tem conhecimento de que não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de quatro meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da distribuição, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;

(n) não omitiu ou omitirá qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar, conforme entendimento razoável da Emissora,

010 859

16 03 15

em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;

(o) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;

(p) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

(q) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitação, a obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.5 desta Escritura;

(r) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures, que foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé.

CLÁUSULA XII GARANTIA

12.1 As Debêntures contarão com as seguintes Garantias:

- (i) Promessa de Alienação Fiduciária de Quotas do FIP Saúde - ROMPRO;
- (ii) Alienação Fiduciária de Quotas do FIP Saúde - 6M;
- (iii) Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada;
- (iv) Promessa de Cessão Fiduciária de Aplicação Financeira; e
- (v) Fiança.

12.2 A Promessa de Alienação Fiduciária de Quotas do FIP Saúde - ROMPRO será celebrado nesta data entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas ("Promessa de Alienação Fiduciária de Quotas do FIP Saúde - ROMPRO").

12.2.1 A Promessa de Alienação Fiduciária de Quotas do FIP Saúde - ROMPRO será substituída pelo Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas do FIP Saúde - ROMPRO tão logo a Emissora adquira efetivamente as cotas do referido fundo. O FIP Saúde deverá ser liquidado no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão das Debêntures. Findo esse referido prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a Emissora substituirá o Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas do FIP Saúde por um Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Global Gestão em Saúde S.A. (CNPJ 10.375.666/0001-88), companhia alvo do FIP Saúde, mantendo o mesmo valor de garantia oferecida no Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas do FIP Saúde - ROMPRO.

12.3 A Alienação Fiduciária de Quotas do FIP Saúde - 6M será celebrada nesta data entre a 6M e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas ("Alienação Fiduciária de Quotas do FIP Saúde - 6M").

12.3.1 No mesmo prazo e pelas mesmas razões previstas na cláusula 12.2.1 acima, conforme ficará estipulado no Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas do FIP Saúde - 6M, a 6M substituirá tal contrato por um Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Global Gestão em Saúde S.A. (CNPJ 10.375.666/0001-88), companhia alvo do FIP Saúde, mantendo o mesmo valor de garantia oferecida no Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas do FIP Saúde - 6M.

DUCEAP

15.03.15

12.4 O Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada será celebrado nesta data entre a Emissora e o Agente Fiduciário. Na Conta Vinculada serão depositados os recursos provenientes do pagamento de dividendos e dos juros sobre capital próprio das ações de emissão da Global Gestão em Saúde S.A. aos quais a Emissora terá direito, na qualidade de acionista indireta de referida sociedade, bem como todos os direitos creditórios decorrentes de todos e quaisquer créditos realizados pela Emissora ou por terceiros na Conta Vinculada, incluindo, mas não se limitando, a todos os recursos depositados e que vierem a ser depositados na Conta Vinculada, seus rendimentos, juros, correções monetárias e multas.

12.5 A Promessa de Cessão Fiduciária de Aplicação Financeira será celebrada nesta data entre a Emissora e o Agente Fiduciário e o valor corresponderá a 4,63% (quatro vírgula sessenta e três por cento) das Debêntures efetivamente subscritas.

12.6 Os instrumentos de garantia mencionados nos itens 12.2 a 12.5 deverão ser levados a registro, às expensas, da Emissora, nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos no prazo previsto nos referidos instrumentos, sendo que a comprovação de tal registro deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias úteis contados da data da assinatura dos referidos instrumentos e uma via devidamente registrada deverá ser entregue ao Agente Fiduciário.

12.6.1 Caso a Emissora não cumpra as obrigações previstas na Cláusula 12.5 acima, o Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretratável, a promover os referidos registros, em nome da Emissora, como seu bastante procurador, sem prejuízo de eventual decretação de vencimento antecipado das Debêntures, observado ainda que a Emissora ressarcirá todas as despesas, nos termos dos referidos instrumentos.

12.6.2 Uma vez celebrada e devidamente registradas as garantias previstas na cláusula 12.1 (i) a (iii), observados os requisitos para formalização e constituição das garantias previstos nos respectivos instrumentos de garantia e nesta Escritura, estarão formalizados tais instrumentos de forma irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das obrigações principais e acessórias da Emissora, nos termos desta Escritura.

12.7 Garantia Fidejussória: As Debêntures também são garantidas por Fiança prestada pelo Fiador, nos termos do Código Civil.

12.7.1 Por meio da presente Escritura de Emissão o Fiador e a Emissora, principais pagadores, garantem, de forma irretratável, irrevogável e solidária, o pagamento das Debêntures, bem como quaisquer obrigações, presentes e futuras, principais e acessórias, assumidas pela Emissora nos Documentos da Operação.

12.7.2 Adicionalmente, por meio da presente Escritura de Emissão, o Fiador e a Emissora, garantem, de forma solidária, todas e quaisquer obrigações, presentes e futuras, principais e acessórias, assumidas pela Emissora nos Documentos da Operação, inclusive a obrigação de pagamento decorrente de eventual Vencimento Antecipado das Debêntures, nos termos da cláusula sétima da presente Escritura de Emissão.

12.7.3 O Fiador poderá ser substituído por novo Fiador caso o antigo deixem de integrar o quadro de sócios da Emissora, situação em que esta indicará novo Fiador em até 15 (quinze) dias da saída do Fiador de seu quadro societário, devendo os titulares das Debêntures, aprovarem o novo Fiador em igual prazo. Caso os Debenturistas não o aprovem, o Fiador continuará obrigado e vinculado ao pagamento das Debêntures.

DUCE SP
16 03 15

12.7.4 A presente Fiança será válida até o fiel e completo cumprimento da totalidade das Obrigações Garantidas, mesmo na hipótese de, por qualquer motivo, o vencimento, total ou parcial, de quaisquer Obrigações Garantidas vier a ser estendido para depois dos prazos pactuados na presente Escritura de Emissão, ou ainda, caso os Debenturistas, em conjunto com a Emissora concedam novo prazo para o adimplemento, total ou parcial, de quaisquer Obrigações Garantidas, inclusive no caso de novação ("Período de Cobertura").

12.7.5 A responsabilidade do Fiador inicia-se na data de assinatura desta Escritura de Emissão e abrange todas e quaisquer Obrigações Garantidas que, nos termos desta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Operação presentes e futuros, tornem-se exigíveis, mesmo que antecipadamente, durante o Período de Cobertura.

12.7.7 O Fiador declara ter se informado sobre os riscos decorrentes da prestação da presente garantia fidejussória e ter aceitado tais riscos, inclusive obteve outorga uxória de sua esposa, nos termos do Anexo II desta Escritura de Emissão.

12.7.8 As obrigações do Fiador decorrentes desta Fiança não serão afetadas por qualquer direito deste contra a Emissora.

12.7.9 O Fiador responderá até o montante necessário para o pagamento de todas as Obrigações Garantidas.

12.7.10 O Fiador deverá cumprir todas as suas obrigações decorrentes desta Fiança no Brasil, no lugar indicado pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, conforme as instruções por ele dadas, em moeda corrente nacional, líquidos de quaisquer despesas, necessárias e devidamente comprovadas, taxas, impostos, retenções ou responsabilidades presentes ou futuras, acrescidos dos encargos e despesas incidentes, no primeiro dia útil seguinte ao recebimento de simples notificação, informando o valor a ser pago pelo Fiador.

12.7.11 Uma ou mais ações em separado poderão ser propostas contra o Fiador para execução da presente Fiança, independentemente de qualquer medida judicial ou extrajudicial a ser proposta contra a Emissora, sendo que, uma vez satisfeitas as Obrigações Garantidas, deverão ser tomadas todas as medidas cabíveis para a interrupção das demais ações que visem a satisfação de tais obrigações.

12.7.12 A presente Fiança extinguir-se-á automaticamente com o término do Período de Cobertura.

12.7.13 A Fiança de que tratam a cláusula 12.7 e seus subitens acima é prestada pelo Fiador com renúncia aos benefícios de ordem e de divisão, bem como aqueles previstos nos artigos 366, 827, 829, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro e 595 do Código de Processo Civil.

12.8 Além das Garantias acima descritas, os Debenturistas contarão com um Fundo de Liquidez a ser constituído durante o período de carência previsto na cláusula 4.8.1, correspondente à 3 (três) parcelas devidas logo após o encerramento do referido período. O Fundo de Liquidez deve ser constituído ao longo do período de carência tendo como data final para verificação a data de incorporação de juros definida na cláusula 4.8.3 acima.

32

15 05 15

13.3 Veracidade da Documentação

JUCESP

16.03.15

[FOLHA DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ROMPRO PARTICIPAÇÕES S.A., DATADA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015]



ROMPRO PARTICIPAÇÕES S.A.

[Signature]

Nome:
Cargo:

[Signature]

Nome:
Cargo:

GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DTVM LTDA.

15º Ofício de Notas



Nome:
Cargo:

Sergio Alberto Rosenwald
Diretor
RG: 2.012.038 IFP
CPF: 030.007.457-34



FIADOR: FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO

[Signature]

Testemunhas:

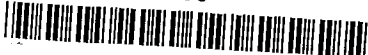
1. *[Signature]*
Nome: Carlos Borba Leite
CPF: 091.556.097-67
RG: 12.877.168-0 IFP/RJ

2. *[Signature]*
Nome: FELIPE SPERDUTO PEREIRA
CPF: 057.900.047-84
RG: 20.920.094-8 DIC-RJ

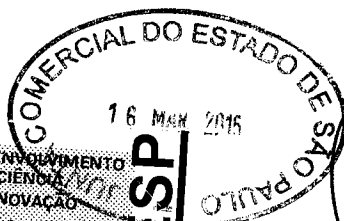


SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP
DEBÊNTURE
CERTIFICO O REGISTRO FLAVIA REGINA BRITO
SOB O NÚMERO SECRETARIA GERAL EM EXERCÍCIO

ED001654-8/000



JUCESP



CARTÓRIO 1º TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
Rodrigues Cruz

Antônio Augusto Rodrigues Cruz - Tabelião
CEP 06501-130 - Rua Pedro Procópio, 100 - Ed. Lázara Rodrigues Cruz - Santana de Parnaíba/SP
Tel. (11) 4622-7700 - www.cartorioaugustorodriguescruz.com.br - cartorioaugustorodriguescruz.com.br

RECONHEÇA, por semelhança, a(s) firma(s) de: DANILLO FIORINI JUNIOR (187344), FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (187349), FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (187349), Dou de Santana de Parnaíba-SP, 02/03/2015. Em test. Na verdade.

MANTORI JESSICA DE SOUZA - ESCRITURAR Seg: 0950485190480953495062555252 Unit: 7.25 Total: R\$21,75 VALORADO SOMENTE COMO SELO DE AUTENTICIDADE 3

35



DUCESP
16 03 15

- ANEXO I -

Cronograma de Pagamentos

Parcela	Data	Taxa de Amortização	Parcela	Data	Taxa de Amortização	Parcela	Data	Taxa de Amortização
1	15/02/2016	1,0543%	37	15/02/2019	0,7405%	73	15/02/2022	1,0254%
2	15/03/2016	0,6152%	38	15/03/2019	0,8732%	74	15/03/2022	1,0751%
3	15/04/2016	0,5857%	39	15/04/2019	0,8034%	75	15/04/2022	1,0130%
4	15/05/2016	0,6575%	40	15/05/2019	0,8340%	76	15/05/2022	1,0746%
5	15/06/2016	0,6286%	41	15/06/2019	0,7661%	77	15/06/2022	1,0425%
6	15/07/2016	0,5999%	42	15/07/2019	0,8692%	78	15/07/2022	1,0631%
7	15/08/2016	0,6374%	43	15/08/2019	0,7790%	79	15/08/2022	1,0708%
8	15/09/2016	0,6092%	44	15/09/2019	0,8089%	80	15/09/2022	1,0665%
9	15/10/2016	0,6464%	45	15/10/2019	0,8384%	81	15/10/2022	1,0862%
10	15/11/2016	0,6834%	46	15/11/2019	0,7982%	82	15/11/2022	1,1052%
11	15/12/2016	0,6560%	47	15/12/2019	0,8731%	83	15/12/2022	1,1020%
12	15/01/2017	0,6288%	48	15/01/2020	0,8791%	84	15/01/2023	1,0995%
13	15/02/2017	0,6336%	49	15/02/2020	0,8183%	85	15/02/2023	1,1078%
14	15/03/2017	0,7642%	50	15/03/2020	0,9346%	86	15/03/2023	1,1548%
15	15/04/2017	0,6441%	51	15/04/2020	0,8755%	87	15/04/2023	1,1249%
16	15/05/2017	0,7729%	52	15/05/2020	0,9031%	88	15/05/2023	1,1689%
17	15/06/2017	0,6241%	53	15/06/2020	0,9093%	89	15/06/2023	1,1422%
18	15/07/2017	0,6900%	54	15/07/2020	0,8741%	90	15/07/2023	1,1508%
19	15/08/2017	0,6950%	55	15/08/2020	0,8603%	91	15/08/2023	1,1672%
20	15/09/2017	0,6700%	56	15/09/2020	0,9275%	92	15/09/2023	1,1683%
21	15/10/2017	0,7346%	57	15/10/2020	0,9140%	93	15/10/2023	1,1909%
22	15/11/2017	0,7101%	58	15/11/2020	0,9206%	94	15/11/2023	1,1926%
23	15/12/2017	0,7153%	59	15/12/2020	0,9273%	95	15/12/2023	1,2012%
24	15/01/2018	0,7785%	60	15/01/2021	0,9339%	96	15/01/2024	1,2212%
25	15/02/2018	0,7260%	61	15/02/2021	0,9407%	97	15/02/2024	1,2187%
26	15/03/2018	0,7598%	62	15/03/2021	1,0020%	98	15/03/2024	1,2274%
27	15/04/2018	0,7367%	63	15/04/2021	0,9368%	99	15/04/2024	1,2407%
28	15/05/2018	0,7701%	64	15/05/2021	0,9614%	100	15/05/2024	1,2452%
29	15/06/2018	0,7198%	65	15/06/2021	0,9856%	101	15/06/2024	1,2507%
30	15/07/2018	0,7528%	66	15/07/2021	0,9586%	102	15/07/2024	1,2668%
31	15/08/2018	0,7310%	67	15/08/2021	0,9658%	103	15/08/2024	1,2670%
32	15/09/2018	0,7365%	68	15/09/2021	0,9893%	104	15/09/2024	1,2792%
33	15/10/2018	0,8222%	69	15/10/2021	0,9965%	105	15/10/2024	1,2907%
34	15/11/2018	0,7482%	70	15/11/2021	1,0192%	106	15/11/2024	1,2973%
35	15/12/2018	0,7801%	71	15/12/2021	1,0110%	107	15/12/2024	1,3103%
36	15/01/2019	0,8376%	72	15/01/2022	0,9886%	108	15/01/2025	1,3191%

DUESP
16 03 15

Barueri, 26 de fevereiro de 2015.

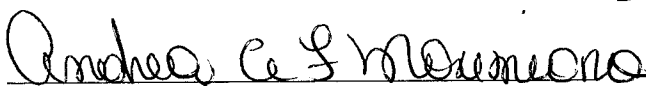
Ao(s)

**CREDOR(ES) DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS REAL E FIDEJUSSÓRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA
ROMPRO PARTICIPAÇÕES S.A. ("EMISSÃO")**

Prezados,

ANDREA CECÍLIA FURTADO MAXIMIANO, brasileira, empresária, casada, titular da cédula de identidade RG nº 30097154-0 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 248.145.508-80; na qualidade de cônjuge de **FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO**, brasileiro, casado, empresário, titular da Cédula de Identidade RG nº 21.410.388-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 094.378.048-93, ambos domiciliados na Avenida Tamboré, nº 267, 28º andar - Torre Sul - Bairro Sítio Tamboré / Jubran, CEP 06460-000, Barueri, São Paulo; declara, neste ato, para todos os fins e efeitos de direito, que tem plena ciência e concorda com a fiança prestada por seu esposo prestado em favor dos Debenturistas da Emissão e/ou qualquer terceiro adquirente, nos termos do artigo 1.647, inciso III do Código Civil Brasileiro.

Atenciosamente, ,



ANDREA CECÍLIA FURTADO MAXIMIANO

CPF nº 248.145.508-80



CARTÓRIO 1º TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
Antônio Augusto Rodrigues Cruz - Tabelião
Rodrigues Cruz
CEP 06501-130 - Rua Pedro Procópio, 100 - Ed. Lázara Rodrigues Cruz - Santana de Parnaíba/SP
Tel: (11) 4622-7700 - www.cartoriorodriguescruz.com.br - cartorio@cartoriorodriguescruz.com.br

RECONHECI, por semelhança, a(s) firma(s) de: **ANDREA CECÍLIA FURTADO MAXIMIANO**, 188157, Don. de: **FURTADO MAXIMIANO**, 02/03/2015. Em test. da verdade.
Santana de Parnaíba - SP, 02/03/2015. Em test. da verdade.
MARJORI JESSICA DE SOUZA - ESCRITURANTE
Seq: 48504815048495349505350523 Unil: 7,28 Valor: R\$ 7,25
VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE



0926AB238079